

Processo: Chamamento Público nº 003/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Credenciamento de prestação de serviços do tipo Casa de Apoio.

PARECER Nº 294/2026 – Trata-se de análise jurídica acerca da possibilidade de realização de procedimento auxiliar de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços do tipo Casa de Apoio, com sede obrigatória na cidade de Goiânia/GO, destinadas ao atendimento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Maurilândia/GO para realização de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), compreendendo os serviços de hospedagem, alimentação e transporte/traslado, com fundamento no art. 74, caput da Lei 14.133 de 01/04/21, Decreto Municipal nº 574/2023 e demais normas pertinentes à espécie., conforme documento de formalização de demanda e justificativa exarada pela secretaria ora solicitante.

Por força do disposto no art. 72, III da lei n.º 14.133/2021 c/c Decreto Municipal nº 574/2023, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o processo de dispensa de licitação.

Inicialmente, antes de adentrar no mérito da legalidade do presente processo, é de extrema relevância destacar, que a análise neste parecer se restringe exclusivamente a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo de chamamento público, bem como da apreciação de seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos (pesquisas de preços) e/ou discricionário.

É o breve relatório. Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

O credenciamento é sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos

necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

Não se deve confundir o credenciamento com os contratos ou contratações que serão firmados a partir dele. A natureza jurídica do credenciamento não equivale à de uma hipótese de inexigibilidade ou mesmo do contrato administrativo firmado.

Na linha traçada pela nova Lei de licitações, o credenciamento não é uma hipótese de inexigibilidade, mas um procedimento auxiliar necessário para ulteriores contratações diretas. Conforme definido pelo legislador, no inciso XLIII de seu artigo 6º, o credenciamento é um “processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados. Essa inteligência do credenciamento como um procedimento auxiliar permite certa flexibilidade, admitindo que a ele não sejam impostos os rigores previstos para o contrato administrativo propriamente dito.

Por conta de tal peculiaridade é que Marçal Justen Filho (in: Comentários à Lei de Licitações e Contratações administrativas”, Editora RT, Edição 2.021, página 1.130) confere a denominação de “anômala” à inexigibilidade existente no credenciamento. Assim: Não é despropositado afirmar que o credenciamento pode ser adotado em hipóteses de objeto comum, destituído de peculiaridades, em condições similares ao que se passa no caso do pregão. A distinção reside em que não é cabível um procedimento licitatório específico, em virtude de uma anômala inviabilidade de competição”.

O credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, aplicável quando há inviabilidade de competição em razão da possibilidade de contratação simultânea de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos. O art. 79, I, da referida lei disciplina especificamente o credenciamento como procedimento auxiliar, permitindo a formação de rede de prestadores para atendimento de demandas públicas. No caso em análise, verifica-se a adequação do uso do credenciamento, tendo em vista: pluralidade de prestadores aptos; impossibilidade de competição excludente; necessidade de atendimento contínuo e descentralizado.

Desse modo, esta consultoria jurídica entende mediante o exame prévio de legalidade que a adoção do instituto do credenciamento no caso *sub exame* está correta à luz do que preconiza os arts. 74, inciso IV, art. 78, I, e art. 79, incisos I a VI todos da Lei federal 14.133/2021.

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

A análise aduzida do Credenciamento cinge-se nos art. 74, inciso IV c/c art. 78, inciso I da Lei 14.133/21, os quais remetem a instrução do processo conforme o art. 72 da Lei nº 14.133/21, deverá ser instruída com os seguintes documentos. *In verbis*:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco e Termo de Referência, os quais devem conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado, conforme regulamentado no Decreto Municipal 574/2023, os quais se apresentam a contento, justificando que Município de Maurilândia/GO não dispõe, em sua rede própria, de todos os serviços especializados necessários ao atendimento integral da população usuária do

Sistema Único de Saúde. E, em razão disso, inúmeros pacientes são encaminhados diariamente para unidades hospitalares, clínicas especializadas e centros de referência localizados principalmente na cidade de Goiânia/GO e, complementarmente, nos municípios de Aparecida de Goiânia e Trindade, tornando-se indispensável disponibilizar local adequado para hospedagem, alimentação e transporte urbano, garantindo segurança, conforto, dignidade e continuidade da assistência aos pacientes e seus acompanhantes.

Consta, ainda, pesquisa mercadológica relativa à contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive pelo próprio município; declaração orçamentária e estimativa de despesa.

Passamos à análise dos elementos abordados na **minuta do edital** de credenciamento e sua concordância com as imposições do art. 79 da Lei de Licitações. Sobre o edital de **CREDENCIAMENTO**, dispõe a NLL:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

O edital apresenta os seguintes elementos essenciais: definição clara do objeto; critérios objetivos de habilitação; distribuição isonômica da demanda; remuneração

previamente definida; previsão de fiscalização e sanções; matriz de risco contratual. Destaca-se positivamente a previsão de: edital permanentemente aberto; rodízio proporcional entre credenciados; controle por produção efetiva.

A inserção da matriz de risco contratual atende ao art. 22 da Lei nº 14.133/2021, promovendo: alocação clara de responsabilidades; previsibilidade contratual; redução de litígios.

DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS NA MINUTA DO CONTRATO

Passamos agora à análise dos elementos abordados na minuta do contrato e sua concordância com as imposições do art. 92 da Lei 14.133/21:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na

contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

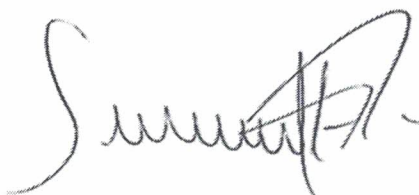
Em síntese, após analisar as disposições fixadas nas Minutas, constatei que estas estão em completa harmonia com as normas e regramentos consignados na Lei nº 14.133/21, em face da ausência de condições ou requisitos que possam comprometer ou frustrar a licitude do certame.

CONCLUSÃO

Dessa forma, opina-se favoravelmente pela possibilidade de procedimento de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços do tipo Casa de Apoio, com fulcro no artigo 79, inciso I, c/c art. 74, inciso IV, art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2023.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Maurilândia-GO, 15 de julho de 2026.



GUSTAVO ALVES PIRES TEIXEIRA

OAB/GO 1.032



LILIAN DA SILVA PEREIRA

OAB/GO nº 36.155